

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.785 - RJ (2019/0020357-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : KRG EMPREENDIMENTOS E INCORPORACOES
IMOBILIARIAS EIRELI.
ADVOGADO : ANGELA SPINOSA ROCHA - SP234177
RECORRIDO : WELLINGTON BARRETO RODRIGUES
ADVOGADO : LUIZ OTAVIO DE ARAUJO CASTRO - RJ166909
INTERES. : ADRICA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADOS : ANGELA SPINOSA ROCHA - SP234177
SILVIA PELLEGRINI BREMENKAMP - RJ174173

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL ADQUIRIDO NA PLANTA. LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. CARACTERIZAÇÃO COM BASE NA DEMORA NA CONCLUSÃO DA OBRA. ORIENTAÇÃO DA TERCEIRA TURMA NO SENTIDO DE QUE O MERO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL NÃO CONFIGURA DANO MORAL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

WELLINGTON BARRETO RODRIGUES (WELLINGTON) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com indenização por danos morais em desfavor de ADRIÇA EMPREENDIMENTOS E CONTRUÇÕES LTDA. (ADRIÇA) e K.R.G. EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (K.R.G.), cujos pedidos foram julgados procedentes em parte para rescindir o contrato entabulado entre as partes, com a condenação solidária das rés à devolução de R\$ 22.409,44 (vinte e dois mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e quatro centavos), corrigidos monetariamente pelos e acrescidos de juros de 1% (um por cento) a partir da citação (e-STJ, fls. 193/197).

Irresignado, WELLINGTON interpôs apelação, que foi provida em parte pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

Apelação cível. Consumidor. Ação de resolução contratual cumulada com devolução da quantia paga e indenização por danos materiais e morais. Promessa de compra e venda de imóvel. Comprovado atraso no empreendimento. Devolução dos valores vertidos pelo comprador. Aplicação da Súmula nº 543 do STJ. Ressarcimento dos alugueis. Impossibilidade. Vedação do enriquecimento sem causa, pois a dissolução do contrato retroage

as partes ao status quo, de modo que o promitente comprador receberá a devolução integral dos valores pagos. Danos morais configurados. Situação que ultrapassa o mero inadimplemento contratual. Quantia indenizatória fixada em R\$ 8.000,00. Recurso parcialmente provido. (e-STJ, fl. 229).

Inconformada, K.R.G. interpôs recurso especial com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando a violação do art. 735 do Código Civil e arts. 14 e 17 do CDC, ao argumento de que estariam ausentes os danos morais na medida em que não preenchidos os requisitos de sua responsabilidade civil, em particular conduta lesiva da recorrente e, ainda que tida por configurada, a suposta afronta ao direito de personalidade restringir-se-ia a mero descumprimento contratual, incapaz de caracterizar prejuízo de natureza extrapatrimonial, que não deve ser presumido.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 261/266).

Em juízo de admissibilidade, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal Estadual admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 271/275).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A recorrente pretende o afastamento de sua condenação ao pagamento de verba indenizatória resultante de ausência de entrega de imóvel objeto de compromisso de compra e venda ajustado com o recorrido no tempo aprazado.

No caso dos autos, a Corte local condenou a ora recorrente a reparar a lesão extrapatrimonial alegada pelo adquirente do bem considerando que o descumprimento da obrigação contratual ensejou dano que ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano que decorre do inadimplemento, notadamente em virtude do excessivo tempo de atraso do empreendimento e a frustração expectativa do comprador quanto à realização do sonho da casa própria.

Com relação ao tema, a eg. Terceira Turma desta Corte, no julgamento do Resp nº 1.642.314/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 22/3/2017, firmou as seguintes premissas:

a) o dano moral pode ser definido como lesões a atributos da pessoa, enquanto ente ético e social que participa da vida em sociedade, estabelecendo relações intersubjetivas em uma ou mais comunidades, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva e à parte social da personalidade (Precedente: REsp 1426710/RS, Terceira Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 9/11/2016);

b) os simples dissabores ou aborrecimentos da vida cotidiana não ensejam abalo moral, conforme se vê dos seguintes precedentes: REsp 202.564/RJ , Quarta Turma, julgado em 2/8/2001, DJ 1º/10/2001; e, REsp 1.426.710/RS, Terceira Turma, j. 25/10/2016, DJe 8/11/2016); e,

c) muito embora o simples descumprimento contratual não provoque danos morais indenizáveis, circunstâncias específicas da caso concreto podem configurar a lesão extrapatrimonial. Precedentes: REsp 1637627/RJ, Rel. Ministra j. 6/12/2016, DJe 14/12/2016; REsp 1.633.274/SP; j. 8/11/2016, DJe 11/11/2016; AgRg no AResp 809.935/RS, DJe 11/03/2016; e, REsp 1.551.968/SP, Segunda Seção, DJe 6/9/2016.

Na hipótese vertente, o fundamento do dano moral está calcado na circunstância de que o descumprimento da obrigação contratual ensejou dano que ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano que decorre do inadimplemento, notadamente em virtude do excessivo tempo de atraso do empreendimento e a frustração expectativa do comprador quanto à realização do sonho da casa própria, sem tecer nota adicional que pudesse, para além dos danos materiais, causar grave sofrimento ou angústia a ponto de configurar verdadeiro dano moral.

Veja-se, nesse sentido, excerto do voto condutor da apelação:

Quanto aos danos morais, de fato, considerando-se as circunstâncias acima delineadas, o descumprimento da obrigação contratual pela ora apelada ensejou dano que ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano que decorre do inadimplemento, notadamente em virtude do excessivo tempo de atraso do empreendimento e a frustração expectativa do adquirente quanto à realização do sonho da casa própria. (e-STJ, fl. 236)

Desse modo, inexistindo circunstância específica capaz de provocar graves lesões à personalidade do recorrido, acompanho o recente entendimento firmado na Terceira Turma desta Corte, e afasto a configuração do dano moral na hipótese dos autos, considerando que ele exsurge de agressão à personalidade do ofendido, conforme julgamento do REsp 1.426.710 (Terceira Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 8/11/2016).

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para excluir a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais.

Determino a repartição dos ônus sucumbenciais em idênticas proporções entre as partes, observada a concessão da gratuidade da justiça.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

